

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

Despacho nº 17/2024

1 – O Setor de Contratos e o Fiscal do Contrato Prestação de Serviços nº 414/2022 firmado com **MAI SERVICE – SERVIÇOS INTEGRADOS EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA** cujo objeto é a prestação de serviços continuados de serviços gerais, limpeza, copa e cozinha, conservação e higienização para o CONIMS e para as unidades de saúde dos seus municípios consorciados, pede a manifestação dessa Assessoria Jurídica acerca da negativa da solicitação de troca de posto de serviços gerais/auxiliar de limpeza para copeira na unidade sede do Consórcio.

2 - Segundo consta do Ofício nº 73/2024 do setor consulente, requereu-se a “alteração do cargo da funcionária Edilsa Maristela Lopez Vera, de Auxiliar de Limpeza para Copeira, em atendimento a nova demanda deste Órgão. Cumpre salientar que a escolha da funcionária se deve ao fato desta ser uma empregada que já conhece todo fluxo interno de trabalho e já atua a mais tempo dentro do CONIMS, sendo assim possibilitará exercer as atividades de pronto atendimento, em consonância com o princípio da eficiência.”

3 – Em resposta, a Contratada afirmou não ser possível o deslocamento da funcionária de uma função para a outra, uma vez que os valores e a descrição profissional são distintos, condicionando a providência a aumento de valor contratual.

4 – Sob a lógica contratual e normativa, contudo, entende-se que a resposta viola os deveres assumidos pela Contratada, em razão do que se sugere a abertura de processo administrativo apuratório de responsabilidade, conforme essa Assessoria Jurídica já se posicionou em Parecer Jurídico nº 04/2024, do que se destaca:

*Observa-se dos documentos que instruem o processo interno preparatório da licitação, e principalmente a Cláusula segunda do Contrato, que o preço/valor mensal do serviço **considera tanto a limpeza quanto o serviço de copa e cozinha, não havendo elemento distintivo** que indique a necessidade de precificar essa nova demanda de forma diversa.*

5 – Em outras palavras, em sua planilha de valores, o Contratada indicou praticar o mesmo VALOR para qualquer um dos serviços tomados pelo CONIMS, não havendo lógica nem amparo contratual para condicionar a alteração necessária a qualquer aumento de preços.

6 – Reitera-se que a medida de troca é NECESSÁRIA para a continuidade das atividades que o CONIMS presta à população, na medida em que com a saída/exoneração de empregada pública responsável pela confecção de lanches aos pacientes, não há pessoal disponível para tal importante mister.

7 – A indicação nominal da funcionária da Mai – Sra. Edilsa – foi sugestiva, pelas razões indicada no Ofício, mas não vinculante, de modo que a Contratada poderia ter suprido a solicitação, sem qualquer pretensão de aumento de valor contratual.

8 – Veja-se que a própria Contratada afirma em sua resposta que apresentou planilha de preços/custos pautada no função de limpeza e, agora, afirma haver dubiedade no Edital, o qual não foi questionado nem impugnado em momento oportuno.

9 – Assim, tendo formulado proposta com planilha de custos para ambas as funções, a Contratada não pode almejar, agora, a sua alteração para manipular a equação econômica financeira durante a execução do contrato, por se tratar de medida altamente repudiada pela Lei e pelo entendimento dos Tribunais.

10 – Nesse sentir, ante a gravidade da conduta da Contratada, que mantém vago posto de trabalho altamente essencial ao bem estar dos pacientes do SUS nessa unidade, opina-se pela imediata abertura de processo administrativo apuratório.

Pato Branco, 08 de março de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313